

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Secretário  
Carlos Eduardo Amaral  
Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais

**Assunto:** Prestação de contas - Convênios

**Referência:** Ações Compensatórias - Lei 13.019/2014 - Previsão Legal

Exmo. Senhor Secretario,

Cumprimentando-o cordialmente, o Presidente do Grupo Vhiver, Sr. Valdecir Fernandes Buzon, vem oferecer, nos termos do art. 72, § 2º da Lei 13.019 de 2014, e Decreto nº 8276 de 2016 da união, **resolução para as questões pendentes relativas as prestações de contas** dos convênios firmados com o GRUPO DE INT SOC AP AO POR DO HIV/AIDS E INF GER VHIVER, através das ações compensatórias.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, veio normatizar de forma mais expressiva a fase de prestação de contas que rege o regime de parcerias com o poder público, inovando, com ênfase no acompanhamento e monitoramento sistemático da execução das atividades dos projetos e simplificando a prestação de contas documental.

Importante destacar **o valor do cumprimento do objeto e o alcance das metas pactuadas no projeto de trabalho** invertendo a lógica que, até os dias atuais ainda prevalece na administração pública e, segundo a **apresentação das contas**, de forma documental. Nesta inovação, a Lei 13.019/2014 (MROSC) estipula a criação de procedimentos simplificados para a prestação de contas (art. 63, § 3º).

Ressalta-se que a análise das contas deve privilegiar a verdade real dos fatos, o objeto realizado e os resultados alcançados (art. 64, §3º), não se limitando a análise das contas, o que não se verifica de fato na prática, mantendo os órgãos públicos maior ênfase na análise financeira. A resistência a quebra de paradigmas, interesses políticos, a ausência de qualificação dos profissionais para a nova forma e, ainda, falta de estrutura para implantar o novo modelo, não se aplica até os dias atuais as regras do novo Marco Regulatório.

Devemos atentar para o art. 65 da Lei 13.019/2014, que determina que o poder público ofereça uma plataforma eletrônica, com certificação digital, para apresentação das contas. No que tange ao Estado de Minas Gerais, na medida em que não houve a implantação do sistema informatizado de prestação, bem como a regulamentação no Decreto em vigor, no que tange ao artigo que trata da "forma" para a implantação das Ações Compensatórias.

Aprimorando o entendimento acima, citamos recente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, formando tese de repercussão geral, acerca da prescrição das ações de ressarcimento ao erário, do **RE 636.886 de 2020**, quando **não houver dolo e ato de improbidade**, no sentido de que, não sendo o caso de presença desses requisitos, **haverá sim incidência de prescrição: tese de Repercussão Geral 899: "é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas"**.

Diante deste cenário, e com o aval do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o apoio dos demais órgãos: (OAB/MG, UNAIDS) e de representantes da sociedade de Minas Gerais, que interessam em ver novamente o Grupo VHIVER podendo atender aos anseios sociais com o seu excelente trabalho, solicitamos a V.Sas., **o levantamento total do débito das prestações de contas que foram reprovadas**, em âmbito do TCE e de ações judiciais em tramitações (AGE) para, caso haja consenso da possibilidade de ressarcimento ao erário por meio das ações compensatórias, dar seguimento aos atos para assinatura de termo de ajuste que possibilite e venha reger a forma em que ocorrerão tais ações.

Na oportunidade, anexamos a este, o pedido com as fundamentações legais que o embasam, os dados da Fundação pela qual virão os recursos captados para execução dos projetos compensatórios, bem como um dos projetos (modelo) já desenvolvido para recomposição ao erário.

Por todo exposto, aguardamos a autorização de V.Sas., com as orientações pertinentes, para o prosseguimento das implementações necessárias ao ressarcimento ao erário, nos moldes acima informados.

Atenciosamente,

  
Valdecir Fernandes Buzon  
Presidente



**Secretaria de Estado da Saúde**

Cidade Administrativa. Edifício Minas, 12º andar, Rod. Papa João Paulo II  
Serra Verde, Belo Horizonte - MG, 31585-200